

MULHERES INDÍGENAS XUKURU-KARIRI TRABALHADORAS EM “CASAS DE FAMÍLIAS”: memórias e história sobre o trabalho em Alagoas e no sudeste do País (1952-1990)¹

Adauto Santos da Rocha (UFCG)¹

RESUMO

Neste artigo, resultado de pesquisas realizadas entre 2018 e 2020, discorremos sobre as atuações de indígenas Xukuru-Kariri, habitantes em Palmeira dos Índios, como trabalhadoras em “casas de famílias” em Alagoas, bem como no Sudeste do país. O recorte temporal usado para o texto compreende a atuação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) entre os Xukuru-Kariri, iniciado em 1952, e a atuação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), entre 1967 a 1990, quando ocorreu um aumento nos deslocamentos de indígenas em busca de trabalho no Sudeste, chamado de “Sul maravilha”. Entrevistamos mulheres indígenas para compreender o cotidiano e os meandros de uma atividade antiga e pouco discutida na historiografia, refletindo também sobre as explorações nos mundos do trabalho indígena em outras regiões no século XX.

Palavras-chave: Xukuru-Kariri; Mulheres; Trabalho; Migrações.

XUKURU-KARIRI INDIGENOUS WOMEN WORKERS IN “FAMILIES HOUSES”: memories and history of work in alagoas and southeast country (1952-1990)

ABSTRACT

In this article, the result of research conducted between 2018 and 2020, we discuss the actions of Xukuru-Kariri indigenous peoples, inhabitants of Palmeira dos Índios, as workers in "family homes" in Alagoas, as well as in the Southeast of the country. The time frame used for the text comprises the performance of the Indian Protection Service (SPI) between the Xukuru-Kariri, begun in 1952, and the work of the National Indian Foundation (FUNAI), between 1967 and 1990, when there was an increase in the displacements of indigenous peoples in search of work in the Southeast, called "South Wonder". We interviewed indigenous women to understand the daily life and intricacies of an ancient activity little discussed in historiography, also reflecting on the explorations in the worlds of indigenous work in other regions in the twentieth century.

Keywords: Xukuru-Kariri; Women; Job; Migrations.

MUJERES INDÍGENAS XUKURU-KARIRI TRABAJADORAS EN “CASAS FAMILIARES”: recuerdos e historia laboral en alagoas y sureste del país (1952-1990)

RESUMEN

En este artículo, resultado de la investigación realizada entre 2018 y 2020, discutimos las acciones de los pueblos indígenas Xukuru-Kariri, habitantes de Palmeira dos Índios, como trabajadores en "hogares familiares" en Alagoas, así como en el sureste del país. El marco de tiempo utilizado para

¹Mestre em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Membro do Grupo de Pesquisas em História Indígena de Alagoas (GPHIAL). E-mail: adautorocha49@gmail.com

el texto comprende la realización del Servicio de Protección Indígena (SPI) entre el Xukuru-Kariri, iniciado en 1952, y el trabajo de la Fundación Nacional Indígena (FUNAI), entre 1967 y 1990, cuando hubo un aumento en los desplazamientos de los pueblos indígenas en busca de trabajo en el sureste, llamado "Maravilla del Sur". Entrevistamos a mujeres indígenas para entender la vida cotidiana y las complejidades de una antigua actividad poco discutida en la historiografía, reflexionando también sobre las exploraciones en los mundos del trabajo indígena en otras regiones en el siglo XX.

Palabras clave: Xukuru-Kariri; Mujeres; Trabajo; Migraciones;

Introdução

Embora considerados extintos a partir da segunda metade do século XIX², os povos indígenas no Nordeste continuaram as mobilizações políticas pelo reconhecimento do Estado e para instalação de postos indígenas. A atuação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) no Semiárido em Alagoas, por intermédio do Padre Alfredo Dâmaso³ e com ajuda financeira dos indígenas no Paraná⁴, possibilitou a conjunção de vários atores sociais para a compra de 346 hectares de uma propriedade do político Manoel Sampaio Luz (conhecido por Juca Sampaio), Prefeito de Palmeira dos Índios/AL em 1952, destinada à criação da Aldeia Fazenda Canto. Porém, o referido político repassou 276 ha⁵ ao órgão indigenista oficial e, na localidade, foi construído o Posto Indígena Irineu dos Santos⁶.

²Ver SILVA, Edson H. **O lugar do índio**. Conflitos, esbulhos de terras e resistência indígena no século XIX: o caso de Escada-PE (1860-1880). Recife: UFPE, 1995 (Dissertação Mestrado em História); OLIVEIRA, João Pacheco de. **A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999.

³BEZERRA, Deisiane da Silva. **A atuação do Padre Alfredo Dâmaso e suas contribuições para o reconhecimento étnico dos Fulni-ô e as mobilizações indígenas no Nordeste contemporâneo**. Campina Grande: UFCG, 2018 (Dissertação Mestrado em História).

⁴A contribuição financeira de indígenas que habitavam no Paraná para a aquisição territorial e posterior formação da Aldeia Fazenda Canto em meados do século XX, foram registradas em um Parecer sobre o Posto Indígena Irineu dos Santos, redigido por Luiz de França Pereira de Araújo, à época, ocupante do cargo de Diretor Substituto do SPI, e enviado ao Ministério da Agricultura em janeiro de 1965. Embora seja uma importante fonte para entendermos o processo de aldeamento Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios, o documento não detalhou que povos indígenas forneceram subsídios financeiros para a atuação do órgão indigenista no Semiárido alagoano. O relatório foi transcrito pelo professor Clóvis Antunes e publicado na seguinte Tese: ANTUNES, Clóvis. **Comportamento bio-social de um grupo étnico de Alagoas: "os Chucurus de Palmeira dos Índios"**. Tese ao Concurso de Catedrático do Magistério do Exército, 1965, p. 06. (Datilografado). (Disponível no acervo do GPHIAL).

⁵Ver MARTINS, Sílvia Aguiar Carneiro. **Os caminhos da aldeia: índios Xukuru-Kariri em diferentes contextos situacionais**. Recife: UFPE, 1994 (Dissertação Mestrado em Antropologia).

⁶O nome do Posto homenageou Irineu José dos Santos, Inspetor do SPI assassinado no Mato Grosso em razão de conflitos pessoais e desmandos administrativos no SPI, como acusações de uso inadequado dos recursos pertencentes ao referido órgão. Ver FLORES, José Manuel. **Transformação agrária e desapropriação de terras indígenas em Mato Grosso (1940-1960): o caso da reserva Kadiwéu**. Brasília: Anuário Antropológico, v. 43, nº 01, 2018, p. 301.

MULHERES INDÍGENAS XUKURU-KARIRI TRABALHADORAS EM “CASAS DE FAMÍLIAS”: memórias e história sobre o trabalho em Alagoas e no sudeste do País (1952-1990)¹

Os inspetores que administraram o Posto Indígena Irineu dos Santos expediram boletins, relatórios, memorandos, avisos e telegramas para Raimundo Dantas Carneiro, Chefe da Inspetoria Regional-4/IR4 do SPI (sediada no Recife/PE). Informavam as produções agrícolas, censos demográficos e solicitavam materiais para o funcionamento do referido Posto⁷. Durante as pesquisas realizadas, evidenciamos o aldeamento de indígenas habitantes na zona urbana em Palmeira dos Índios para atuação do SPI no referido município, como informado no documento: “(A Aldeia) Fazenda Canto, situada no município de Palmeira dos Índios, Estado de Alagoas, adquirida pelo S.P.I para localização dos da Tribo Xucurus, que viviam espalhados nos arredores da cidade”⁸. A formação das chamadas “redes de interações”⁹, após a transação fundiária entre o “Seu” Juca Sampaio e o órgão indigenista, representado pelo SPI, motivou fluxos migratórios de indígenas Xukuru-Kariri para à Aldeia Fazenda Canto a partir de 1952, em razão do aldeamento inicial de apenas 13 famílias indígenas pelo então Cacique Alfredo Celestino, articulador político para a aquisição territorial¹⁰.

Para o SPI, a formação da Aldeia Fazenda Canto traria uma solução aos deslocamentos de indígenas Xukuru-Kariri em busca de trabalho na zona urbana em Palmeira dos Índios ou em outros lugares. O Estado pretendia controlar a mão de obra dos indígenas¹¹ e fornecia implementos agrícolas na tentativa de cessar as migrações do Posto Indígena Irineu dos Santos¹², com a distribuição de enxadas, foices, carros de mão, pás, machados, regadores, dentre outros. A política assistencialista, pautada no arrefecimento dos deslocamentos para trabalho foi posta em exercício nos primeiros anos após a instalação do Posto Irineu dos Santos, mesmo que não houvesse estrutura minimamente adequada para o desempenho de algumas atividades, como para a prática agrícola, pois, além da ausência de

⁷Ver SILVA JÚNIOR, Aldemir Barros da. **Aldeando sentidos**: os Xucuru-Kariri e o Serviço de Proteção aos Índios no Agreste alagoano. Maceió: EdUFAL, 2013.

⁸Memorando do Inspetor Francisco Sampaio ao Chefe da SE/SPI em 27 de abril de 1962. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Rio de Janeiro, Museu do Índio/Sedoc. Caixa 169, planilha 06, fotograma 311.

⁹Ver OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. “**O nosso governo**”: os Ticuna e o regime tutelar. São Paulo: Marco Zero, 1988, p. 38.

¹⁰Ver SILVA JÚNIOR, Aldemir Barros da. **Aldeando sentidos**: os Xucuru-Kariri e o Serviço de Proteção aos Índios no Agreste alagoano. Maceió: EdUFAL, 2013.

¹¹Ver SILVA JÚNIOR, Aldemir Barros da. **A província dos trabalhadores tutelados**: trabalhadores indígenas diante do poder político e econômico na Província das Alagoas (1845-1872). Salvador: UFBA, 2015 (Tese Doutorado em História), p. 56.

¹²Ibidem.

invernos proveitosos na região, o solo pobre de nutrientes minerais era repleto de ervas nocivas e deficiente de cobertura vegetal¹³.

Para tentar facilitar o emprego da mão de obra indígena em atividades agropastoris, em 1954¹⁴ ocorreu uma entrega de enxadas pelo Posto Irineu dos Santos, com posterior distribuição em 1957¹⁵ e aquisição de ferramentas para construção de açudes em 1959¹⁶, evidenciando uma política assistencialista pautada em repasses aos indígenas em troca do trabalho disponível para a estrutura funcional do Posto Indígena.

Outra estratégia utilizada pelo SPI foi o uso da escolarização dos indígenas como forma de criar uma “massa de trabalhadores rurais” disponíveis para executar serviços em benefício do Posto¹⁷:

No Nordeste foi seguida a mesma lógica em que as escolas indígenas serviriam para formar os índios como massa de trabalhadores rurais para a mão de obra regional e nacional, no “grande projeto” da década de 1930 (Governo Vargas) de interiorizar o Estado. Foi importante registrar que os indígenas também interagiam com essa lógica à medida que procuravam ser assistidos por esses órgãos do Estado. Tinham como ponto central de reivindicação a conquista da terra, nos casos Xukuru-Kariri e Kariri-Xokó, dos antigos aldeamentos extintos por decreto em 1872¹⁸.

A instalação dos postos indígenas previa a formação de “centros agrícolas” para um controle estatal da produção, com a fixação de indígenas que sazonalmente migravam para trabalhos:

Os centros agrícolas visavam transformar populações *rústicas* num contingente de pequenos proprietários agrícolas, tornando-os úteis para o país através do aprendizado de formas racionais do uso da terra e de um

¹³Ver ROCHA, Adauto Santos da. **Xukuru-Kariri: migrações, cotidiano e dimensões do trabalho indígena em Alagoas e no Sudeste do país (1952-1990)**. Maceió: Editora Olyver, 2020.

¹⁴Relação de materiais fornecidos para o Posto Indígena Irineu dos Santos. Recife, 03 de março de 1954. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Rio de Janeiro, Museu do Índio/Sedoc. Cx. 169, plan. 01, fotog. 107.

¹⁵Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 30 de abril de 1957. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Rio de Janeiro Museu do Índio/Sedoc. Cx. 169, plan. 02, fotog. 149.

¹⁶ Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 30 de novembro de 1959. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Rio de Janeiro, Museu do Índio/Sedoc. Cx. 169, plan. 03, fotog. 183.

¹⁷FERREIRA, Gilberto Geraldo. **Educação formal para os índios: as escolas do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) nos Postos Indígenas em Alagoas (1940-1967)**. Recife: UFPE, 2016 (Tese Doutorado em História), p. 20

¹⁸Ibidem.

MULHERES INDÍGENAS XUKURU-KARIRI TRABALHADORAS EM “CASAS DE FAMÍLIAS”: memórias e história sobre o trabalho em Alagoas e no sudeste do País (1952-1990)¹

emaranhado de instrumentos normativos que visavam o controle da produção e da circulação dos recursos e da força de trabalho¹⁹.

Seguindo essa linha de raciocínio “evolutivo”, que previa uma adequação dos indígenas à “categoria” de trabalhadores rurais, o Estado deveria ser, em síntese, o agente propulsor da alteração social, pois:

Se o *silvícola* era capaz de evoluir, o Estado era o agente mais apto a gerir e acelerar este processo através de métodos racionais, sendo o principal obstáculo a ser superado o seu *nomadismo natural*. Evidencia-se assim o caráter fundiário subjacente a tutela indigenista, cuja principal tarefa era *fixar* e concentrar populações indígenas dispersas em áreas extensas para transformá-los em trabalhadores nacionais (agricultores, pequenos proprietários rurais) inserindo-os em um sistema de intervenção territorializado em postos de atração e fixação, povoações indígenas e centros agrícolas²⁰.

Os fluxos migratórios Xukuru-Kariri permaneceram após a implantação do Posto Indígena Irineu dos Santos, pois, as tentativas de controlar os deslocamentos dos indígenas não foram eficientes, pela falta de assistência do SPI²¹ verificada na documentação, motivando a formação de redes migratórias dos indígenas em Palmeira dos Índios com outros povos no Nordeste²².

Embora os fluxos migratórios de indígenas tenham ocorrido, na maioria, a partir da Aldeia Fazenda Canto, em razão da malversação do órgão indigenista em meados do século XX, outros territórios indígenas também forneciam mão de obra Xukuru-Kariri para as classes abastadas de Palmeira dos Índios, Maceió e ao Sudeste. Um exemplo notório foi a

¹⁹PERES, Sidnei. SPI, indianidade e indigenismo no Nordeste: cotidianidade e historicidade do poder tutelar. In: FREIRE, Carlos Augusto da Rocha (Org.). **Memória do SPI: textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967)**. Rio de Janeiro: Museu do Índio-FUNAI, 2011, p. 322.

²⁰Ibidem.

²¹Após analisar a documentação referente aos Xukuru-Kariri, disponível no Museu do Índio/RJ, evidenciamos que foram criadas redes de relações com outros povos indígenas, como os Pankararu, para a formação de grupos que migravam para trabalho ou formavam alianças políticas coadunadas aos interesses particulares de cada povo. Apesar de termos centrado nas relações ambientais e de trabalho no século XX, outras pesquisas detalharam os contatos Xukuru-Kariri com os Xukuru do Ororubá, habitantes em Pesqueira e Poção, interior de Pernambuco, durante o Império e, com maior intensidade, ao longo do Oitocentos, em razão dos recrutamentos e atuações militares contra ou a favor do governo imperial. Para um maior detalhamento sobre os mencionados contextos históricos, ver: ROCHA, Adauto Santos da. **Xukuru-Kariri: migrações, cotidiano e dimensões do trabalho indígena em Alagoas e no Sudeste do país (1952-1990)**. Maceió: Editora Olyver, 2020; DANTAS, Mariana A. **Dimensões da participação política indígena: Estado nacional e revoltas em Pernambuco e Alagoas, 1817-1848**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018.

²²Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 31 de julho de 1962. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Rio de Janeiro, Museu do Índio/Sedoc. Cx. 169, plan. 04, fotog. 142-143.

expressiva quantidade de mulheres indígenas habitantes nas Aldeias Mata da Cafurna e Boqueirão que foram trabalhar nas “casas de família”²³ em Palmeira dos Índios e Maceió.

Motivadas pelo sonho de uma vida digna e melhoria socioeconômica, muitas indígenas embarcaram nas intensas jornadas de trabalho e passaram a constituir redes de relações envoltas dos complexos contextos sociohistóricos, em razão da falta de terras para trabalho agrícola destinado à produção e consumo de gêneros alimentícios. Apesar das migrações, existia o sentimento de pertença aos territórios indígenas, pois, embora algumas das entrevistadas²⁴ tenham migrado definitivamente para outros lugares por distintos motivos, a maioria alegou que transitava entre as atividades citadinas e as práticas agrícolas nas poucas terras nas aldeias.

Portanto, no decorrer do texto, discutiremos os deslocamentos de indígenas Xukuru-Kariri para trabalho em “casas de famílias” em Alagoas e no Sudeste do país, priorizando as memórias sobre os mundos do trabalho, a partir de entrevistas realizadas nas Aldeias Mata da Cafurna, Fazenda Canto, Boqueirão e em bairros na zona urbana de Palmeira dos Índios. Buscamos a partir da perspectiva da história oral, evidenciar as “experiências vivenciadas”²⁵ pelas indígenas durante as viagens para trabalho na segunda metade do século XX.

Indígenas Xukuru-Kariri em “casas de famílias”

A presença de indígenas Xukuru-Kariri trabalhando em “casas de famílias” remete a formação da Aldeia Fazenda Canto. Com o crescimento demográfico e insuficiência territorial para práticas agrícolas, as mulheres indígenas precisavam procurar empregos na cidade, para ajudar financeiramente familiares que permaneciam nos territórios indígenas.

²³O uso da conhecida expressão “trabalho doméstico” vem sendo duramente criticado pelo movimento negro, uma vez que remete ao período da escravidão negra no Brasil, onde o “trabalho doméstico” relacionava-se a “domesticação” de negras escravizadas nas casas grandes. Por essa razão, substituímos por outra expressão também bastante conhecida e usual no Nordeste: trabalho em “casas de famílias”, significando as atividades de mulheres empobrecidas nas residências de famílias abastadas, em sua maioria, brancas, considerando ser, também, a nomenclatura mais utilizada pelas indígenas Xukuru-Kariri entrevistadas durante as pesquisas. Sobre a não aceitação ao uso da terminologia “trabalho doméstico”, sugerimos a leitura de um texto publicado pela profa. Elisabete Aparecida Pinto, publicado no site do Geledés – Instituto da Mulher Negra: <https://www.geledes.org.br/mulher-negra-e-o-emprego-domestico-a-travessia-pelo-seculo-xx-e-as-novas-perspectivas-para-o-seculo-xxi/>. Acesso em 06/11/2020.

²⁴Ao longo das pesquisas, realizamos 10 entrevistas com indígenas Xukuru-Kariri que trabalharam em “casas de família”, entretanto, fomos autorizados a utilizar somente seis delas nesse texto. A não aceitação com relação ao uso das outras falas deveu-se ao teor das informações expressas, pois, foram relatadas extorsões financeiras, aliciamentos, assédios sexuais por ex-patrões, dentre outros motivos. As entrevistas foram realizadas nas Aldeias: Mata da Cafurna, Fazenda Canto, Cafurna de Baixo e na zona urbana de Palmeira dos Índios entre novembro de 2018 e fevereiro de 2020.

²⁵Ver ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

MULHERES INDÍGENAS XUKURU-KARIRI TRABALHADORAS EM “CASAS DE FAMÍLIAS”: memórias e história sobre o trabalho em Alagoas e no sudeste do País (1952-1990)¹

Considerando, ainda, a fragilizada estrutura educacional nos territórios indígenas, pois, mesmo ofertando todas as séries do ensino básico, a “escola” do posto tinha uma malversada estrutura física e diretiva.

Além do mais, nos primeiros anos do Posto Indígena Irineu dos Santos as aulas eram alternadas entre a Aldeia Fazenda Canto e uma casa alugada no bairro Alto do Cruzeiro²⁶. Havia, portanto, a necessidade de as indígenas continuarem os estudos na zona urbana, facilitando a inserção nos mundos do trabalho nas “casas de famílias” em Palmeira dos Índios. Uma matéria publicada em um jornal de circulação nacional noticiou os deslocamentos em razão dos morosos processos de demarcação territorial e desintrusão:

Lá no município de Palmeira dos Índios, moram três grupos de Xukuru-Kariri. É o pessoal da aldeia Fazenda Canto, da Mata da Cafurna e os que moram mesmo no município, em área urbana. Há muita dificuldade para sobreviver ali, porque a terra é pouca e já não produz com fartura, até porque, nas aldeias os índios não tem o material necessário para fazer um bom plantio. Daí que todos acabam tendo que trabalhar fora, cortando cana, na construção civil e em atividades domésticas²⁷.

As ocupações subalternizadas foram amplamente utilizadas pelos indígenas ao longo do século XX. Durante as pesquisas, constatamos migrações de indígenas Xukuru-Kariri para a zona urbana em Palmeira dos Índios em busca de empregos em “casas de famílias” como pressuposto para inserirem-se no ambiente escolar citadino após a instalação do Posto Irineu dos Santos. A indígena Maria da Penha²⁸, conhecida como “Béba”, estudou as séries iniciais na Aldeia Fazenda Canto “com um sacrifício infeliz”, mas, em busca de realizar o “sonho” da escolarização como pressuposto para “conseguir algo melhor”, migrou para estudar/trabalhar na cidade:

Estudei na Fazenda Canto com um sacrifício infeliz, uma necessidade infeliz, mas dentro de mim tinha um sonho, eu sempre pensei que não eram as dificuldades que iriam barrar os meus sonhos, eu sempre pensava: eu tenho que estudar para conseguir algo melhor. Mesmo diante de tantas necessidades isso aí não fazia com que eu faltasse um dia na escola, com fome, do jeito que fosse, descalça ou com sandália, não me impedia. Quando eu vim estudar aqui na cidade às dificuldades me acompanharam.

²⁶As discussões sobre os processos de escolarização indígena Xukuru-Kariri foram tratadas por FERREIRA, Gilberto Geraldo. **Educação formal para os índios: as escolas do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) nos Postos Indígenas em Alagoas (1940-1967)**. Recife: UFPE, 2016 (Tese Doutorado em História).

²⁷**Jornal Mensageiro**, Brasília, novembro/dezembro de 1986, p.12. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=HemeroIndio&PagFis=14812&Pesq=migra%C3%A7%C3%A3o> Acesso em 30/05/2019.

²⁸SILVA, Maria da Penha Ferreira da. **Trabalho doméstico indígena Xukuru-Kariri**. Entrevistador: Aauto Santos da Rocha. Palmeira dos Índios/AL: Bairro Vila Maria, 25/02/2019. Entrevista gravada em formato MP3.

Quando eu terminei o segundo grau, que no caso eu optei para o Magistério, em minha imaginação eu dizia que o Magistério era uma coisa respeitosa, aquela coisa toda, pelo menos na época era, eu tinha isso que era uma profissão de respeito. Eu desejava ter algo diferente daquilo que eu era acostumada a ter, eu via alguém ao meu redor ter, mas, e eu? E assim, o primeiro passo eu lembro como hoje, eu peitei para trabalhar em casa de família, eu não olhei assim se eu tinha estudo. Mesmo assim, com o ensino médio já concluído a necessidade me levou a partir pra casa de família.

As necessidades financeiras na Aldeia Fazenda Canto motivaram “Dona Béba” a trabalhar em uma residência na zona urbana em Palmeira dos Índios. Seguindo um método próprio de inserção no ambiente de trabalho, foi arregimentada por parentes trabalhando na cidade e que tinham “confiança” adquirida em outras residências, em uma relação de cumplicidade centrada na execução de variadas atividades e, para o caso de saída do emprego, pautada em não cobrar possíveis dívidas trabalhistas, como multas e rescisões contratuais, quando existiam.

Para chegar ao trabalho, a entrevistada se deslocava a pé entre a Aldeia Fazenda Canto e a cidade, dependendo da ajuda de parentes habitantes na zona urbana para permanecer na cidade até adquirir “confiança” em alguma residência. Na maioria dos casos, o patronato criava redes para aquisição da mão de obra indígena, fundamentadas em relações familiares, contribuindo para o deslocamento de várias indígenas de mesmo núcleo familiar. As atividades como empregada em “casas de famílias” compreendiam o não recebimento de salário fixo e demais benefícios sociais, informalidades usadas pelos patrões para explorar a força de trabalho das indígenas. A estratégia utilizada por “Dona Béba” para deixar aquela forma de trabalho, foi atuar como professora:

Mas não me dei bem não, não sei se era porque na minha casa a minha mãe não me levou a partir para esse lado, a minha mãe só pensava assim: “estude pra você ter um emprego, uma coisa melhor”. Não me levou a trabalhar em casa de alguém, aí eu era toda atroadada nos serviços domésticos, mas mesmo assim eu me esforçava. Mesmo trabalhando em casa de família surgiu um concurso, mas antes disso eu corri atrás de contrato. Os professores da época conheciam a nossa trajetória e o nosso sacrifício de lá da Fazenda Canto, até porque nós vínhamos a pé, mais de 07 km de distância. Nisso, eu na casa de família dizia: “rapaz, uma mixaria meu Deus do céu, não dá pra nada!”. Eu via a patroa todo final de semana com as unhas pintadas e eu desejava fazer minhas unhas e quem disse que eu tinha condições? No final de semana a patroa sujava a última colher do armário, claro, sabia que segunda-feira tinha uma empregada lá para deixar tudo nos trinquês.

MULHERES INDÍGENAS XUKURU-KARIRI TRABALHADORAS EM “CASAS DE FAMÍLIAS”: memórias e história sobre o trabalho em Alagoas e no sudeste do País (1952-1990)¹

Os deslocamentos da Aldeia Fazenda Canto em busca de trabalho em “casas de famílias” foram compartilhados por indígenas que precisaram trabalhar para ajudar no sustento em casa. O percurso de 7 km realizado a pé diminuía a produtividade pelos atrasos frequentes nos locais de trabalho. Como estratégia, os empregadores “disciplinaram o tempo”²⁹ das indígenas com a possibilidades de moradia nos locais de trabalho, provocando o aumento no tempo trabalhado. Para coagir as trabalhadoras, estabeleciam relações de parentesco através do compadrio, interferindo no cumprimento de direitos trabalhistas e sociais, práticas citadas durante as entrevistas.

A relativa distância entre a Aldeia Fazenda Canto e a zona urbana em Palmeira dos Índios incentivava as indígenas a aceitarem os convites de morar nas residências onde trabalhavam, gerando uma falsa relação familiar, reverberada em compadrios com os patrões e inoperância no reconhecimento profissional e no pagamento de salários dignos pelas exaustivas jornadas de trabalho.

Os deslocamentos para a zona urbana em Palmeira dos Índios foram vivenciados por outras indígenas, como a “Dona” Margarida Souza³⁰, conhecida por “Magal”. “Dona Magal” trabalhou na agricultura na Aldeia Fazenda Canto até concluir as séries iniciais e depois precisou estudar na cidade. A falta de recursos financeiros para as estadas na zona urbana influenciou “Dona” Magal a procurar empregos em “casas de famílias” aos 12 anos de idade:

Nós era muitos lá em casa e meu pai não tinha condições de dar os estudos a gente, aí lá na época, na Fazenda Canto tinha até a quarta série, depois era pra vim estudar na cidade, aí tinha que ter condições financeiras e isso nós não tinha. Foi quando eu arrumei um trabalho na casa de uma professora. Uma professora que ensinava lá na Fazenda Canto disse: “olhe, ali tem uma professora que está precisando de uma pessoa para ajudar, ela dá os estudos!”. Por conta disso eu fui pra casa dela.

“Dona Magal” alternava³¹ as atividades no trabalho com irmãs que precisavam concluir os estudos na zona urbana em Palmeira dos Índios e no retorno para a Aldeia Fazenda Canto, a entrevistada trabalhava na agricultura. Assim como “Dona Béba”, durante os anos que foi empregada em “casas de famílias”, “Dona Magal” não dispôs de direitos trabalhistas. O dinheiro que juntou era usado para manutenção de pais e familiares que

²⁹Ver THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 293.

³⁰SILVA, Margarida Souza de Lima. **Trabalho doméstico indígena Xukuru-Kariri**. Entrevistador: Aduino Santos da Rocha. Palmeira dos Índios/AL: Bairro Xucurús, 26/02/2019. Entrevista gravada em formato MP3.

³¹Sobre a alternância em atividades domésticas ver MARTINS, Ester. Mulheres na migração internacional: trabalhadoras domésticas filipinas em São Paulo. In: BAENINGER, Rosana et. al. **Migrações Sul-Sul**. Campinas: UNICAMP, 2018, p. 510-525.

permaneciam na Aldeia Fazenda Canto. Sobre as experiências de trabalho com exaustivas jornadas de trabalho afirmou:

Eu praticamente morava com eles, aí pronto, trabalhava de dia à noite. Eu fazia o café logo cedo ia pra escola, estudava a noite, quando terminava o café que ela ia chegando eu já tava com a mala pronta pra ir pra o colégio, aí ia pro colégio, aí voltava 11 horas, 11 e meia, quando tinha uma aulinha vaga a gente chegava em casa umas 10 horas da noite, quando a última aula era vaga, mas quando não era, era 11 horas, 11 e meia que a gente chegava. Na época não achava muito legal não, eu gostava porque eles me tratavam bem, me tratavam como pessoa da família, na época eu não levava muito em conta essas coisas não. Bom, as experiências eu gostei, porque na época a gente não tinha outra opção e mesmo, eles me tratavam bem, o filho dela, que quando eu cheguei lá ele tinha cinco anos ele era um amor comigo, o pai dele era gerente de loja na época. Um corte de pano, um tecido, ele trazia para mim quando eu estava lá: “o da Magal tem que vir também!”. Ela mesma costurava pra mim, fazia minhas roupas, ela fazia de tudo, era professora e costurava.

Afora as atividades diurnas, a oferta de moradia por parte dos empregadores era uma estratégia para explorar as indígenas em atividades noturnas. “Dona Magal” afirmou que durante a estada na cidade cuidou de uma criança enquanto a patroa trabalhava como professora. A entrevistada vivenciou uma relação de compadrio e falso parentesco expressa, pois:

A figura do trabalhador doméstico se instalou em nossa cultura como a de um trabalhador menor, que, muitas vezes, recebia como remuneração do seu trabalho moradia e comida, numa relação de falso parentesco – o agregado – que perpetuava o trabalho escravo, disfarçando-o de caridade³².

Outras indígenas Xukuru-Kariri optaram em voltar para os territórios indígenas ao fim da jornada de trabalho, por necessidades religiosas vinculadas a participação nos rituais sagrados do Ouricuri, configurando-se como aspecto primordial nas mobilizações indígenas pelo reconhecimento identitário, através de “redes de solidariedade” e contatos com os Encantados em espaços “Particulares”³³. Para o povo Xukuru-Kariri, o Ouricuri é um ritual sagrado realizado em um “terreiro”, espaço reservado no interior das matas e uma expressão sociocultural e política dos indígenas restrita aos não-índios³⁴.

³²SILVA, Darlene Souza. **Infância roubada**: memórias de empregadas domésticas no trabalho e na educação escolar. São Luís: UFMA, 2010 (Dissertação Mestrado em Educação), p. 39.

³³BATISTA, Mércia R. R. O Toré e a ciência Truká. In: GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo (Org.). **Toré**: regime encantado do índio do Nordeste. Recife: Editora Massangana, 2005, p. 71-98.

³⁴Ver PEIXOTO, José Adelson Lopes. **Memórias e imagens em confronto**: os Xukuru-Kariri nos acervos de Luiz Torres e Lenoir Tibiriçá. João Pessoa: UFPB, 2013 (Dissertação Mestrado em Antropologia), p. 24; SILVA, Edson. **Xukuru: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1950 – 1988**. Recife: EdUFPE, 2017, p. 56; FERREIRA, Gilberto Geraldo. **Educação formal para os índios**: as

MULHERES INDÍGENAS XUKURU-KARIRI TRABALHADORAS EM “CASAS DE FAMÍLIAS”: memórias e história sobre o trabalho em Alagoas e no sudeste do País (1952-1990)¹

A indígena Ana Paula³⁵ atuou em “casas de famílias” a partir dos 10 anos de idade. Deixava a agricultura na Aldeia Mata da Cafurna para trabalhar na zona urbana em Palmeira dos Índios e retornava ao território indígena para frequentar o Ouricuri. Trabalhou em três residências na referida cidade e numa casa em Maceió, capital alagoana, todavia, sempre que ocorria ritual na Aldeia, Ana Paula retornava para entrar em contato com “o reino dos Encantados”.

A decisão de trabalhar em “casas de famílias” ocorreu pela falta de recursos financeiros para a manutenção da numerosa família que permanecia na Aldeia Mata da Cafurna. Embora fosse remunerada com irrisórias quantias pelas exaustivas horas de trabalho, utilizava o dinheiro recebido para ajudar a mãe no cuidado dos 11 irmãos criados sem a presença paterna, muitas vezes, sem ter “nem o que comer”:

Eu trabalhei na casa (de um) doutor. Eu fui porque a minha mãe e os meus irmãos tinham muitas dificuldades, às vezes eles não tinham nem o que comer. Eu ganhava muito pouco, eles pagavam muito pouco. O dinheiro que eu ganhava nunca investia em mim, investia nos meus irmãos e na minha mãe, só isso. Por que tem gente que quando trabalha junta seu dinheiro pra investir em alguma coisa, eu nunca investi, porque eu pensava na minha família. O meu marido é pedreiro, aqui é ruim para emprego, o meu marido já trabalhou em Minas (Gerais), já trabalhou em São Paulo.

A deficiente estrutura escolar no território indígena, citada anteriormente, também contribuía para os deslocamentos das indígenas em busca de trabalho nas “casas de famílias”. Afora a incipiente instalação escolar, exigindo deslocamentos entre a Aldeia Fazenda Canto e o bairro Alto do Cruzeiro, as constantes faltas de materiais escolares e fardamentos³⁶ motivaram as evasões de estudantes indígenas Xukuru-Kariri e migrações buscando trabalhos sazonais na zona urbana em Palmeira dos Índios, como afirmou um pesquisador:

Poderíamos supor que não só o trabalho no campo foi desenvolvido com a mão de obra indígena, mas também o mercado de empregos domésticos, da construção civil, de pequenos estabelecimentos comerciais nos

escolas do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) nos Postos Indígenas em Alagoas (1940-1967). Recife: UFPE, 2016 (Tese Doutorado em História), p. 78-80.

³⁵SILVA, Ana Paula Gomes da. **Trabalho doméstico indígena Xukuru-Kariri**. Entrevistador: Adauto Santos da Rocha. Palmeira dos Índios/AL: Aldeia Mata da Cafurna, Território Xukuru-Kariri, 15/02/2019. Entrevista gravada em formato MP3.

³⁶Ver FERREIRA, Gilberto Geraldo. **Educação formal para os índios**: as escolas do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) nos Postos Indígenas em Alagoas (1940-1967). Recife: UFPE, 2016 (Tese Doutorado em História), p. 125.

municípios vizinhos com localidades habitadas por indígenas como, por exemplo, Palmeira dos Índios [...] ³⁷.

A indígena Maria Cícera ³⁸, conhecida como “Dona Diana”, iniciou a trajetória trabalhando em “casas de famílias” pela falta de recursos financeiros necessários para continuar os estudos. Na época, era necessário adquirir fardamentos e calçados. Um relatório do Posto Irineu dos Santos informava a ausência de assistência do Estado pela não aquisição de fardamentos, motivando a não frequência dos alunos nas aulas: “ultimamente temos encontrado muita dificuldade, por motivo dos índios queixarem-se que os meninos não podem frequentarem as aulas com mais precesão, por se acharem sem roupas e o Pôsto não poder fornecer-lhes um fardamento” ³⁹.

Em razão do desagradável ambiente escolar, influenciada por amigas e parentes indígenas e, sobretudo, pelas difíceis condições de sobrevivência enfrentadas cotidianamente pelos pais, “Dona” Diana passou a deslocar-se para trabalhar em algumas residências de Palmeira dos Índios, sem esperar, sequer, atingir a maior idade:

Os meus pais, na época não tinham condições, eram muitos filhos que tinha. Aí a gente resolveu trabalhar para se manter, comprar roupa e calçado. Eu trabalhei muitos anos, agora que não era só numa casa, saía de uma ia para outra. Passava a semana, passava de quinze dias sem vim em casa, só que com o tempo saía, depois arrumava outro, sempre na cidade. Eu fui trabalhar porque eu não tava estudando, o meu pai não tinha condições de deixar eu estudar porque eram muitos filhos, na época tinha que ficar comprando farda, material de escola e ele não tinha condições. Só que não foi fácil porque ele não queria deixar, na época eu tinha uns 15 anos, foi aí onde ele permitiu, fui até para Maceió também.

Ao tratar das experiências em “casas de famílias”, “Dona Diana” afirmou ter trabalhado sem contrato formal e/ou pagamento de benefícios sociais. Entretanto, como no período pesquisado não havia regulamentação da referida profissão, os patrões estavam isentos de arcar com gastos por direitos trabalhistas, embora tratar-se de uma menor de idade. Sem tempo de trabalho previamente definido, a entrevistada recordou o início das atividades:

No início o meu trabalho sempre foi assim, chegava segunda-feira e passava a semana toda, só vinha no sábado para casa, a folga era só no domingo, ficava lá direto! Não era fácil não, os serviços duros! A pessoa

³⁷Idem, p. 69.

³⁸FERREIRA, Maria Cícera Nogueira. **Trabalho doméstico indígena Xukuru-Kariri**. Entrevistador: Adauto Santos da Rocha. Palmeira dos Índios/AL: Aldeia Fazenda Canto, Território Xukuru-Kariri, 28/02/2019. Entrevista gravada em formato MP3.

³⁹Relatório do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspeção Regional 4. Palmeira dos Índios, 2 de março de 1955. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Rio de Janeiro, Museu do Índio/Sedoc. Cx. 169, pan. 02, fotog. 41-41.

MULHERES INDÍGENAS XUKURU-KARIRI TRABALHADORAS EM “CASAS DE FAMÍLIAS”: memórias e história sobre o trabalho em Alagoas e no sudeste do País (1952-1990)¹

tinha que trabalhar o dia todo, até entrar pela noite, preparava janta, só dormia quando lavava a louça, não era fácil não, eu já tive patroa bem exigente!

Com o pouco dinheiro que juntava, “Dona Diana” ajudava os pais a comprarem alimentos, roupas e móveis. A entrevistada afirmou ter adquirido um fogão com recursos do trabalho em “casa de família”. Após atuar por bastante tempo as experiências em Palmeira dos Índios possibilitaram a procura por empregos em Maceió:

Fiquei longe e não gostei muito não. Foi um mês numa casa e depois fui pra outra, acho que passei outro mês, mas era muito longe, eu não gostava (por)que era longe de casa. Aqui na cidade eu achava bom porque todo final de semana eu tava em casa com meus pais. Lá eu não conhecia nada, não sabia sair.

Outra indígena que trabalhou em “casas de famílias” em Palmeira dos Índios e Maceió foi Maria Sônia⁴⁰. “Dona Sônia” trabalhou como agricultora na Aldeia Fazenda Canto e com o crescimento familiar, decidiu migrar para serviços em “casas de famílias”, arregimentada por parentes após completar 16 anos de idade:

Tinha uma prima da gente que veio do Sertão, ela começou a trabalhar na cidade, aí em seguida a gente foi. Era muitos irmãos, o meu pai não tinha condições, a gente ficando mocinha, queria uma roupa, um calçado, aí a gente teve que se virar, e a única maneira era uma casa de família, porque não tinha estudo, eu tinha parado os estudos. Chegava dez horas da roça, aí tirava a pé, no tempo não tinha transporte, o Governo não pagava transporte e a gente ia a pé daqui da Fazenda Canto, para estudar! Eu trabalhei o fundamental estudando a noite numa casa de família. Eu e uns irmãos mais velhos do que eu, a gente ainda terminou assim o médio, tem uma irmã minha que terminou o Magistério indo a pé, porque não tinha transporte.

A análise das experiências em “casas de famílias” vivenciados por indígenas Xukuru-Kariri em Alagoas possibilitou observarmos pontos em comum: a falta de trabalho nos territórios indígenas e os deslocamentos para Palmeira dos Índios como primeira opção. Como segunda opção, a alternativa encontrada por muitas indígenas foi migrar para Maceió como possibilidade de melhorias salariais e valorização profissional, desilusões revertidas em desejos malsucedidos nos itinerários estudados. Os retornos para os territórios indígenas foram marcados por atividades nas pequenas áreas agrícolas, onde a falta de terras para todos

⁴⁰LIMA, Maria Sônia Nogueira Santos de. **Trabalho doméstico indígena Xukuru-Kariri**. Entrevistador: Adauto Santos da Rocha. Palmeira dos Índios/AL: Aldeia Fazenda Canto, Território Xukuru-Kariri, 28/02/2019. Entrevista gravada em formato MP3.

trabalharem motivava o início de novos fluxos migratórios para subempregos em “casas de famílias”.

Mulheres Xukuru-Kariri no Sudeste

Após ter atuado como agricultora em pequenas roças da família na Aldeia Fazenda Canto, Juciênia Aleixo, conhecida como “Galega”⁴¹ deslocou-se para a Zona Leste de São Paulo pela falta de oportunidades de trabalho na zona urbana em Palmeira dos Índios:

Lá eu fui morar em São Paulo, mas só para fazer companhia a minha tia, ajudar ela, por conta que ela tava trabalhando e o esposo dela e não tinha com quem os filhos dela ficar, eu fui mesmo só mais para ajudar e fiquei para estudar, quando tinha 16 anos foi quando eu comecei a trabalhar como babá lá, fui procurar, porque também ficar só dependendo da tia e do esposo dela para mim não era bom, então eu procurei trabalho e comecei a trabalhar lá, mas depois eu fiquei trabalhando ainda como babá uns três anos, mais ou menos.

Para a entrevistada, a falta de escolaridade entre os Xukuru-Kariri e a procura por independência financeira⁴² provocava os deslocamentos para o Sudeste como possibilidade de adquirir “alguma profissão”⁴³, distante da exploração nos trabalhos para fazendeiros ou com o agravamento na agricultura, em razão das longas estiagens e a concentração fundiária.

As primeiras experiências na capital paulista foram na casa de uma tia. Após alguns meses sem trabalho, todavia, auspiciosa em conseguir uma atividade remunerada, “Galega” iniciou como babá em uma residência de classe média na Zona Leste, período em que foi morar sozinha, assumindo todas as responsabilidades e custos de habitação na “cidade grande”: pagamento de aluguel; aquisição de alimentos; gastos com deslocamentos urbanos, dentre outros.

Apesar de cumprir as exaustivas horas de trabalho diariamente, quando os padrões eventualmente viajavam aos finais de semana, “Galega” tinha que acompanhá-los nos

⁴¹SILVA, Juciênia Aleixo da. **Trabalho doméstico indígena Xukuru-Kariri**. Entrevistador: Adauto Santos da Rocha. Palmeira dos Índios/AL: Bairro Cafurna, 23/09/2019. Entrevista gravada em formato MP3.

⁴²“O desejo de independência dos jovens, ou a falta de terra podem levar igualmente a um deslocamento espacial e a residência junto a parentes mais afastados”. DURHAM, Eunice R. **A caminho da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1973, p. 71.

⁴³A migração de muitos nordestinos para o Sudeste estava “vinculada à busca de maiores oportunidades no mercado de trabalho, melhor qualificação e aumento da escolaridade”. CHAVES, Maria de Fátima Guedes. Mulheres que migram solteiras: aspectos da migração interna feminina no Brasil, 1981/1991. In: BAENINGER, Rosana; BRAGA, Antonio da Costa; TEIXEIRA, Paulo Eduardo (Orgs.). **Migrações: implicações passadas, presentes e futuras**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012, p. 154.

MULHERES INDÍGENAS XUKURU-KARIRI TRABALHADORAS EM “CASAS DE FAMÍLIAS”: memórias e história sobre o trabalho em Alagoas e no sudeste do País (1952-1990)¹

passeios como babá, sem receber quaisquer quantias extras pelo trabalho compulsório nos poucos momentos em que deveria estar descansando. Sem Carteira de Trabalho assinada e com uma remuneração que mal dava para arcar com as despesas na cidade grande. Além de não receber nenhum benefício social ou aumento salarial, após três anos em uma rotina dividida entre as aulas noturnas e o trabalho exaustivo, “Galega” retornou para o território Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios.

O sonho de melhores condições de vida no Sudeste motivou a indígena Maria Sônia, “Dona Sônia”⁴⁴, a viajar para São Paulo na companhia do esposo. Desempregados, dividiam espaço com familiares que haviam migrado em tempos anteriores. A descoberta da gravidez e não inserção no mercado de trabalho forçaram “Dona Sônia” a retornar para a Aldeia Fazenda Canto, ao tempo em que o esposo permaneceu na capital paulista trabalhando como faxineiro, o que possibilitou juntar partes do salário para construir uma casa na referida Aldeia, retornando ao território Xukuru-Kariri em momentos posteriores:

Quando eu casei eu viajei para São Paulo, mas passei só dois meses só. A gente casou e ele já vivia lá. Solteiro ele já trabalhava e tudo, aí ele voltou, a gente casou e ele me levou para lá, mas, não foi muito bom não. Quando ele voltou não conseguiu arrumar trabalho, no momento que a gente mais precisava, aí eu voltei, fiquei na casa da minha mãe e ele ficou lá, mandou construir uma casinha, aí ele voltou. Lá era ruim porque tava morando junto, dividindo com as pessoas, o meu marido estava desempregado, eu decidi voltar e ele ficou lá para arrumar trabalho.

A presença de mulheres Xukuru-Kariri na grande São Paulo, esteve vinculada aos trabalhos gerais em “casas de famílias” e atuando como babás. Trajetórias de vidas marcadas pelos movimentos de migração, motivados por trabalhos formais e recebimento de salários fixos, evidenciando retornos às aldeias em Palmeira dos Índios pelas insalubres condições de vida no Sudeste do país⁴⁵.

Como tentativa de evitar os deslocamentos de indígenas a Legião Brasileira de Assistência (LBA), vinculada ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, criou projetos de distribuição alimentícia e fomento à produção de cursos de “corte e costura, arte culinária

⁴⁴LIMA, Maria Sônia Nogueira Santos de. **Trabalho doméstico indígena Xukuru-Kariri**. Entrevistador: Adauto Santos da Rocha. Palmeira dos Índios/AL: Aldeia Fazenda Canto, Território Xukuru-Kariri, 28/02/2019. Entrevista gravada em formato MP3.

⁴⁵Por uma questão de gênero, as mulheres indígenas que se deslocaram para as metrópoles no Sudeste, recebiam baixos salários em precárias condições de trabalho. Ver MUSSI, Vanderléia Paes Leite. Questões indígenas em contextos urbanos: outros olhares, novas perspectivas em semoventes fronteiras. São Leopoldo: História Unisinos, v. 15, n° 02, 2011, p. 210.

e atividade artesanal, além da orientação social”⁴⁶, com o propósito de “mudar hábitos” dos indígenas Xukuru-Kariri.

Após ser anunciada a execução do projeto, que também visava treinamentos para parteiras que atuavam nas aldeias⁴⁷ e, frequentemente, procuravam trabalho em outros estados, a FUNAI informou a impossibilidade de comparecer ao lançamento do projeto⁴⁸. Não sabemos se projeto da LBA foi implementado, todavia, a negligência da FUNAI, as invasões dos fazendeiros⁴⁹ e soltura de gado nas lavouras indígenas⁵⁰, observadas na documentação consultada, incentivaram mais deslocamentos de indígenas Xukuru-Kariri para trabalhar em “casas de famílias” no Sudeste do país em fins do século XX, bem como fortaleceu as mobilizações por retomadas territoriais e exigência no cumprimento de direitos conquistados e reconhecidos constitucionalmente.

Por um lado, os estudos sobre os mundos do trabalho indígena no Nordeste são residuais, principalmente quando observamos o contexto de negação fundiária e de condições dignas para os indígenas Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios, rotulados como “preguiçosos e arruaceiros”, conforme discutimos em outro texto⁵¹. Em se tratando das discussões sobre as mulheres indígenas em atividades domésticas, encontramos estudos relegando-as à passividade da posição social ocupada, um discurso de subalternização e menosprezo profissional.

Por outro lado, as pesquisas que realizamos contribuíram para evidenciar outras relações sociais envoltas nos processos de trabalho, pois, estava em jogo a demarcação territorial e rompimento da estrutura fundiária tradicional, centrada na figura dos fazendeiros como invasores dos territórios indígenas, consolidando a exploração da mão de obra Xukuru-Kariri nos mundos do trabalho, a exemplo da mulheres indígenas trabalhando em “casas de famílias” e acentuando as mobilizações indígenas pelas reconquistas territoriais em Palmeira dos Índios.

⁴⁶“Legião tem projeto para mudar hábitos dos índios xucurus de Palmeira”. In: **Jornal Gazeta de Alagoas**, Maceió, 06/08/1976. Disponível no acervo do GPHIAL.

⁴⁷“LBA vai assistir índios Xucurus”. In: **Jornal de Alagoas**, Maceió, 06/08/1976. Disponível no acervo da Biblioteca Pública Municipal Graciliano Ramos, em Palmeira dos Índios/AL.

⁴⁸“FUNAI adia lançamento de projeto Xucurus”. In: **Jornal de Alagoas**, Maceió, 10/08/1976. Disponível no acervo da Biblioteca Pública Municipal Graciliano Ramos, em Palmeira dos Índios/AL.

⁴⁹As invasões aos territórios indígenas em Palmeira dos Índios favoreciam o uso da mão de obra Xukuru-Kariri em fazendas: “tem 14 famílias que moram na Aldeia (Mata da Cafurna) e trabalham nas propriedades alheias plantando capim, por falta de terra”. In: **Carta enviada por indígenas Xukuru-Kariri à FUNAI, pedindo agilidade na demarcação territorial**, Palmeira dos Índios, 20/10/1987. Disponível no acervo do GPHIAL.

⁵⁰Prática comum no território Xukuru-Kariri desde meados do século XIX. Ver TORRES, 1974, p. 41.

⁵¹Ver ROCHA, Adauto Santos da. **Xukuru-Kariri: migrações, cotidiano e dimensões do trabalho indígena em Alagoas e no Sudeste do país (1952-1990)**. Maceió: Editora Olyver, 2020.